



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG  
COORDENADORIA DE ENSINO – COE  
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**PRISCILA GONÇALVES MALTA**

**A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO  
DE GOIÁS SOBRE SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO**

**GOIÂNIA – GO**

**2025**



PRISCILA GONÇALVES MALTA

**A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO  
DE GOIÁS SOBRE SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para conclusão da disciplina de Metodologia Científica do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP e pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, sob a orientação da Profa. Dra. Bruna Daniella de Souza Silva.

GOIÂNIA – GO

2025



## A PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS SOBRE SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

### THE PERCEPTION OF PUBLIC SECURITY PROFESSIONALS IN THE STATE OF GOIÁS ABOUT MENTAL HEALTH AND SUICIDE PREVENTION

Priscila Gonçalves Malta\*  
Dra. Bruna Daniella de Souza Silva\*\*

**Resumo:** É crescente a preocupação com a saúde mental dos profissionais de segurança pública (PSP), visto que está entre as profissões com altos níveis de estresse. Políticas públicas com diretrizes para a promoção de saúde mental e prevenção ao suicídio desses profissionais são necessárias serem adotadas pelas organizações públicas, com o intuito de garantir a qualidade no ambiente de trabalho. O estudo objetivou analisar a percepção dos PSP de Goiás sobre a saúde mental e a prevenção ao suicídio e a eficácia dos programas existentes na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSPGO) voltados para a promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio dos seus profissionais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi conduzida por meio de um questionário online e de dados informados pelos órgãos responsáveis pela Gestão de Saúde e Proteção dos Servidores da SSPGO. O estudo revelou um panorama preocupante em relação à saúde mental dos PSP. A prevalência de fatores estressores como conflitos no ambiente de trabalho, exposição a situações de risco e pressão por resultados revela um cotidiano laboral desgastante, que impacta diretamente a qualidade de vida dos servidores, além de enfrentar persistência de estigmas e a fragilidade da confiança nas estruturas de acolhimento das corporações, comprometendo a efetividade das ações voltadas à saúde mental. Assim, é indispensável que as instituições avancem na criação de espaços seguros e livres de julgamento para o cuidado psicológico, rompendo com a cultura de silenciamento e promovendo uma verdadeira valorização do servidor da segurança pública.

**Palavras-chave:** Segurança Pública; Saúde Mental; Prevenção ao Suicídio; Políticas Públicas.

**Abstract:** There is growing concern regarding the mental health of public security professionals (PSPs), as this is among the occupations with the highest levels of stress. Public policies with clear guidelines for the promotion of mental health and the prevention of suicide among these professionals must be implemented by public organizations, aiming to ensure a

---

\* Papioscopista Policial de 2ª Classe, Mestre em Botânica pela UFV e graduada em Ciências Biológicas pela UEG. Tenho 8 anos de experiência como policial civil, dos quais 7 anos foram dedicados à Superintendência de Identificação Humana, exercendo postos de chefia e como membro da CIPA/SIH. Trabalhei 1 ano no IML de Aparecida de Goiânia, onde testemunhei muitas ocorrências de suicídio, inclusive de colegas policiais. O interesse em pesquisar a saúde mental dos profissionais de segurança pública surgiu devido ao aumento de afastamentos para tratamento de saúde mental e a perda de um colega próximo por suicídio. A pesquisa visa encontrar maneiras de melhorar essa realidade e reduzir os estigmas relacionados ao tema. E-mail: priscilagmalta.ii@gmail.com.

\*\*Papioscopista Policial de Classe Especial, Doutora e Mestre em Medicina Tropical e Saúde Pública pela UFG, Especialista em Ciências Forenses pela FOC e graduada em Biomedicina pela UFG. Pesquisadora, Orientadora, Professora e Tutora EaD da Escola Superior da Polícia Civil e da Academia da Polícia Militar de Goiás. Policial Civil há 13 anos atuando como coordenadora e chefe de várias Seções na Superintendência de Identificação Humana e como membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Atualmente chefe do Laboratório de Exames Papioscópicos e membro volante do Laboratório de Inovações da DITEC/SIH/PCGO. E-mail: bdssditec@gmail.com



healthier work environment. This study aimed to analyze the perception of PSPs in Goiás regarding mental health and suicide prevention, as well as to evaluate the effectiveness of the existing programs within the State Public Security Secretariat of Goiás (SSPGO) focused on mental health promotion and suicide prevention. The research employed a qualitative-quantitative approach, using an online questionnaire and data provided by the agencies responsible for Health Management and Protection of SSPGO personnel. The findings revealed a concerning scenario about the mental health of PSPs. The prevalence of stress-inducing factors—such as workplace conflicts, exposure to high-risk situations, and performance pressure illustrates a strenuous work environment that significantly impacts professionals' quality of life. Moreover, the persistence of stigma and lack of trust in institutional support structures undermine the effectiveness of mental health initiatives. Therefore, it is essential that institutions make progress in establishing safe, nonjudgmental spaces for psychological care, breaking the culture of silence, and genuinely promoting the well-being and appreciation of public security personnel.

**Keywords:** Public Security; Mental Health; Suicide Prevention; Public Policies.



## 1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre saúde mental no ambiente de trabalho têm se intensificado, considerando que diversos fatores influenciam a saúde e o bem-estar dos indivíduos. Em profissões com altos níveis de estresse, como a de profissionais de segurança pública (PSP), a preocupação com a saúde mental precisa ser evidenciada. Estudos indicam que a prevalência de problemas de saúde mental entre esses profissionais, incluindo depressão e ansiedade, é alarmante e, em muitos casos, podem levar a consequências trágicas, como o suicídio (Futino e Delduque, 2020).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que cerca de 720 mil pessoas morrem por suicídio todos os anos, sendo que 73% dos suicídios globais ocorrem em países de baixa e média renda, como o Brasil. Cabe ressaltar que para cada suicídio, há muito mais pessoas que tentaram o suicídio, indicando um fator de risco alarmante para a sociedade. Para a OMS, saúde mental é um componente essencial do bem-estar geral e a prevenção ao suicídio deve ser uma prioridade em todas as esferas da sociedade. No Brasil, os índices de suicídio entre policiais têm sido motivo de preocupação, evidenciando a necessidade urgente de intervenções eficazes e estratégias de prevenção (Brasil, 2024).

Mundialmente, a profissão policial é uma das mais propensas ao suicídio em comparação a outras atuações, e, frequentemente ultrapassa as taxas médias de suicídio observadas em outros setores (Pereira *et al.*, 2023; Nascimento, 2019). O PSP enfrenta diariamente situações de alta pressão e estresse, o que pode impactar significativamente seu bem-estar psicológico. Acrescenta-se ainda desafios como a falta de apoio emocional e social no ambiente de trabalho que pode levar a uma intensificação dos efeitos do estresse, dificultando a recuperação e a adaptação a situações desafiadoras. E, o estigma associado à busca de ajuda para problemas de saúde mental, levando esses profissionais a ignorarem sinais de alerta e a não procurarem o tratamento necessário (Braga e Farias, 2024).

Lacaz (2007) discute uma visão epistemológica das relações entre trabalho e saúde, e ressalta que as doenças psíquicas podem ser o produto das condições e organização do trabalho, e não apenas um fenômeno individual ou clínico. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo principal analisar a percepção dos PSP de Goiás sobre a saúde mental e a prevenção ao suicídio analisando também a efetividade dos programas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSPGO) voltados à promoção da saúde mental. Tendo como objetivos específicos analisar as condições de trabalho em que os PSP estão inseridos, com ênfase na saúde mental e na prevenção do suicídio; descrever o panorama atual dos serviços de atenção



psicossocial oferecidos a esses profissionais, identificando pontos fortes e fragilidades; e propor diretrizes para a implementação de políticas públicas mais eficazes, que priorizem a saúde mental dos PSP, promovendo um ambiente ocupacional mais saudável e seguro.

A relevância deste estudo reside em promover programas eficientes no âmbito de saúde mental e prevenção ao suicídio, visando o bem-estar dos PSP, mas também na melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, uma vez que profissionais mentalmente saudáveis são mais capazes de desempenhar suas funções com eficácia e responsabilidade.

Para alcançar os objetivos, realizou-se uma pesquisa quantitativa de caráter descritivo e exploratório. A coleta de dados foi realizada entre abril e maio de 2025, nos órgãos da SSPGO, por meio da aplicação de um questionário com questões em sua maioria fechadas e outras abertas. Os dados obtidos foram analisados buscando identificar padrões e relações entre as variáveis estudadas.

A pesquisa está estruturada da seguinte forma: após a introdução, é apresentado o capítulo de fundamentação teórica, no qual foram abordadas as práticas de gestão de pessoas e de saúde mental e apresentado políticas públicas de prevenção ao suicídio no âmbito da segurança pública. Na Seção de Metodologia, foram detalhadas as características metodológicas utilizadas na pesquisa, incluindo o tipo de estudo e as ferramentas de coleta de dados. Em seguida, são apresentados e discutidos os resultados, concluindo com a proposta de diretrizes para a implementação de políticas públicas mais eficazes para prevenção ao suicídio e as principais considerações e as referências utilizadas no trabalho.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Gestão de pessoas e saúde mental**

A Gestão de Pessoas (GP) consiste em um conjunto de políticas e práticas destinadas a orientar o comportamento humano nas organizações, alinhando os objetivos individuais com os organizacionais. Atualmente, o conceito transcende às funções tradicionais de relações humanas e, tem evoluído substancialmente, deixando de tratar os funcionários como meros recursos e passando a vê-los como colaboradores e parceiros (Chiavenato, 2020). Neste enquadramento, o objetivo da GP é valorizar, motivar e comprometer os colaboradores, que são essenciais para o sucesso organizacional, e ainda, buscar alinhar os objetivos dos colaboradores aos da organização, promovendo um ambiente de trabalho produtivo, harmonioso e psicologicamente saudável (Bosquetti, 2009).



A GP, anteriormente considerada um tema limitado às organizações privadas, tem ganhado crescente relevância nas discussões envolvendo o setor público. Torna-se cada vez mais evidente a importância de se refletir sobre práticas de gestão no Serviço Público, uma vez que estas impactam diretamente a qualidade dos serviços ofertados à população. Uma boa gestão de pessoas garante que os servidores públicos estejam devidamente capacitados, motivados e inseridos em um ambiente de trabalho saudável, favorecendo a eficiência nos serviços prestados à sociedade.

A saúde mental é um aspecto fundamental na gestão de pessoas, especialmente em ambientes de trabalho com altos níveis de estresse, como a de um PSP. Atualmente, os gestores em Segurança Pública (SP) além de se preocuparem em alcançar bons resultados e manter a segurança da população, também devem promover o bem-estar mental dos seus servidores (Silva *et al.*, 2022). Bohlander e Snell (2015) ressaltam que práticas de gestão focadas no desenvolvimento humano e no equilíbrio entre vida pessoal e profissional são essenciais para assegurar a saúde organizacional. Essas práticas contribuem para o desempenho sustentável dos colaboradores, aumentam a satisfação dos servidores e promovem maior coesão e produtividade dentro da organização.

## **2.2. Políticas públicas e prevenção ao suicídio no âmbito da Segurança Pública**

O foco das discussões trazido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2024) para o biênio 2024-2026 é “mudar a narrativa”, com o propósito de direcionar ações de prevenção ao suicídio, rompendo barreiras como o estigma, ampliando a conscientização e promovendo uma cultura de compreensão e apoio voltada à prevenção do suicídio. Nesta conjuntura, a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) reconhece a importância da saúde mental dos PSP e prevê ações específicas para sua promoção. Dentre as ações previstas, institui o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida) com condutas voltadas para o combate da violência autoprovocada e do comportamento suicida em PSP e defesa social. De acordo com a Lei nº 14.531/2023, é dever do Estado implementar medidas que promovam a saúde física e mental desses profissionais, valorizando-os em sua atuação (Brasil, 2023).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) revela que a taxa de suicídio entre policiais civis e militares da ativa aumentou 26,2%, em comparação ao ano de 2022, tornando-se a principal causa de mortes de policiais no Brasil, superando as mortes em confrontos, tanto



durante o serviço quanto na folga (Brasil, 2024). Esse aumento revela a falta de políticas públicas para enfrentar esse problema social no Brasil.

A função policial, por sua natureza, é uma fonte significativa de estresse e afeta diretamente a saúde mental desses profissionais, especialmente no contexto brasileiro, onde a polícia é frequentemente vista como muito violenta (Bazon, 2024). Os PSP exercem funções administrativas e/ou operacionais, sendo que em ambas há enfrentamento de pressão e situações de alto risco, levando ao profissional estar sempre em um estado de alerta, o que pode prejudicar sua qualidade de vida e repercutir na saúde mental (Minayo et al., 2011).

Segundo dados do mesmo Anuário foram registradas mais de 6,3 mil mortes decorrentes de ações policiais no Brasil, o que equivale a uma média de 17 casos por dia. Essa violência extrema e banalizada, em um cenário de profunda desigualdade social tem um grande impacto psicológico nos PSP (Bazon, 2024). Neste contexto, os PSP enfrentam um ambiente psicologicamente desgastante, caracterizado por um constante estado de estresse. Eles lidam com mazelas e contradições sociais, extrema violência, sobrecarga de trabalho e condições precárias, criando um cenário desafiador para esses profissionais (Braga e Farias, 2024).

As políticas públicas voltadas para a saúde mental não se restringem apenas à cura das doenças, mas também à sua prevenção. Assim, é fundamental unir esforços no sentido de implementar recursos que tenham como resultado melhores condições de saúde para os profissionais de segurança pública. E a construção de políticas públicas que possam falar sobre suicídio e saúde mental nas corporações sem criar tabus se tornam demandas urgentes (Cavagnolli, 2024).

Dentro das corporações da SSPGO têm sido implementadas iniciativas institucionais com o objetivo de promover a saúde mental dos servidores. Neste contexto, tem-se o Hospital do Policial Militar de Goiás (HPM-GO), unidade de atendimento médico e psicológico voltada aos policiais militares e seus familiares. Por meio do Centro de Saúde Integral do Policial Militar (CSIPM), o hospital realiza o encaminhamento de militares com sinais de sofrimento psíquico para os serviços especializados, baseando-se em diagnósticos fundamentados em instrumentos científicos reconhecidos. Dentre as ações, destaca-se também o Programa de Atenção Integral à Saúde do Policial Militar (PAIS/PMGO), que oferece suporte psicossocial aos profissionais da corporação (Goiás, 2025).

No Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBMGO), destaca-se a parceria estabelecida com o Instituto Suassuna, instituição formadora de psicólogos, que desenvolve projetos voltados à promoção da saúde mental dos servidores e seus familiares. Os atendimentos são intermediados pelo Núcleo Integrado de Assistência Biopsicossocial (NIAB), etapa prévia



obrigatória que, embora técnica pode gerar resistência por parte dos servidores ao buscar o serviço (Garcia, 2024).

A Polícia Científica do Estado de Goiás (PCIGO) também avançou na atenção psicossocial ao firmar recentemente contrato com a Clínica COM-VIVER, especializada em saúde mental. A iniciativa oferece atendimentos psicológicos e psiquiátricos online e gratuitos aos servidores, cônjuges e filhos. Apesar da inovação e do alcance, o acesso continua condicionado ao encaminhamento pelo NIAB da instituição, o que, assim como em outras corporações, pode representar um entrave ao acesso direto ao cuidado (Goiás, 2025).

Na Polícia Civil de Goiás (PCGO), a Divisão de Proteção à Saúde do Servidor (DPSS) atua como referência no acompanhamento biopsicossocial dos servidores. Composta por equipe multiprofissional, a DPSS desenvolve ações voltadas à prevenção, promoção e assistência à saúde dos policiais civis, conforme os princípios da Política Nacional de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho, com foco na melhoria da qualidade de vida no ambiente laboral (Nascimento, 2019).

Por fim, um importante avanço recente foi a inauguração do Núcleo de Atenção ao Servidor da Polícia Penal de Goiás (NASPP), espaço dedicado à promoção da saúde mental, bem-estar e segurança no trabalho dos servidores penitenciários. A criação do núcleo representa uma resposta institucional à carência histórica de ações voltadas à saúde desses profissionais, oferecendo atendimento psicológico contínuo e suporte integral (Goiás, 2024).

A detecção de pessoas em risco de suicídio nas Forças de Segurança Pública segue um procedimento padrão, iniciando-se na prevenção primária, que consiste no encaminhamento ao órgão específico para atendimento direcionado, e a secundária, que ocorre após uma tentativa de suicídio. Entretanto, os médicos e psicólogos que realizam estes atendimentos muitas vezes fazem parte das corporações de segurança pública e possuem uma patente mais alta, o que pode ser uma grande barreira no atendimento à saúde mental (Miranda *et al.*, 2020; Bazon, 2024).

Uma vez identificado o risco de suicídio, são adotados protocolos de tratamento específicos para esses profissionais, incluindo medidas como afastamento da função e restrição ao acesso a armas de fogo. O cenário ideal consistiria em se ter o apoio de profissionais capacitados que não possuíssem relações com a corporação (Bazon, 2024).

Atualmente, o Governo Federal criou o programa de saúde mental focado nos servidores da segurança pública, denominado de Escuta SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), que promove um atendimento psicológico on-line e gratuito com profissionais especializados e protocolo de atendimento específico. O atendimento depende da parceria do Estado com o programa e está sendo oferecido aos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Espírito Santo,



Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Distrito Federal, ressaltando a ausência do Estado de Goiás. Além disso, destacamos que alguns programas foram desenvolvidos em algumas corporações, tais como o Sindicato dos Policiais Civis (SINPOL) que criou o Programa Mente Sana, que fornece atendimento psicológico de forma gratuita, aos associados e familiares. Devido a isso, um levantamento da realidade dos programas e políticas públicas existentes para prevenção e tratamento da saúde mental dos PSP no estado é de extrema importância.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste estudo consistiu na realização de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, com caráter descritivo e exploratório, orientada pelo método abdução. A abordagem quantitativa foi escolhida por possibilitar a mensuração objetiva dos dados e a aplicação de instrumentos estatísticos, permitindo a identificação de padrões e relações entre as variáveis estudadas, adicionalmente, os dados qualitativos exploram dimensões simbólicas, contextuais e interpretativas, enriquecendo a análise e promovendo uma compreensão mais holística da realidade estudada (Gil, 2019). De acordo com Vergara (2016), o método descritivo busca caracterizar determinada população ou fenômeno, como ocorre neste estudo, no que se refere aos PSP e sua percepção sobre políticas de promoção à saúde mental e prevenção ao suicídio. Já a pesquisa exploratória é utilizada para proporcionar maior familiaridade com o problema, especialmente quando ainda há pouco conhecimento sistematizado sobre ele, permitindo a formulação de hipóteses e a delimitação de questões mais específicas para pesquisas futuras (Lakatos, 2021).

O uso do método abdução justifica-se pela necessidade de interpretar fenômenos a partir de dados empíricos e formular explicações plausíveis para ocorrências inicialmente inesperadas. Segundo Peirce (1994), a abdução é uma forma lógica de inferência que visa propor a hipótese mais provável diante de um fato surpreendente, sendo essencial neste trabalho para propormos políticas públicas de prevenção ao suicídio na SSPGO.

Com o intuito de contribuir para uma abordagem mais abrangente e fundamentada do objeto de estudo foram utilizados dados primários e secundários na pesquisa. Para Lakatos (2021), dados primários são aqueles coletados diretamente pelo pesquisador, por meio de entrevistas, questionários, entre outros instrumentos. Esse tipo de dado é essencial para compreender a realidade a partir da perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos (Lakatos e Marconi, 2003). Já os dados secundários são aqueles coletados e registrados por outros



pesquisadores ou fontes, para fins diferentes deste estudo, mas que complementaram as análises. Esse tipo de dado é fundamental para contextualizar a pesquisa, confrontar resultados e embasar teoricamente a análise (Gil, 2019).

### **3.1. Amostra populacional**

A população total de PSP é composta por 27.749 servidores, policiais e servidores administrativos que compõem os quadros da SSPGO (Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Científica, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal e PROCON Goiás, dados extraídos do portal da transparência - Goiás, 2025). Contudo para esta pesquisa foi feita um recorte incidindo em 242 respostas, quantitativo que concordou em responder ao questionário. A amostra foi definida por critérios de conveniência e representatividade.

A pesquisa foi autorizada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, conforme Despacho nº 646/2025/GAB, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) 202500007031168.

### **3.2. Instrumentos de pesquisa**

A fim de coletar dados primários referentes à percepção dos PSP em Goiás acerca da saúde mental e prevenção ao suicídio, foi utilizado uma *survey* com questionário desenvolvido especificamente para este estudo. O método *survey* consiste na aplicação de questionários para obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas (Freitas et al., 2000).

Foi criado um questionário semiestruturado com questões de múltipla escolha e itens baseados na escala *Likert* de cinco pontos, cujas opções de resposta variaram entre: "Discordo totalmente", "Discordo", "Neutro", "Concordo" e "Concordo totalmente". A utilização da escala *Likert* mostrou-se apropriada para a captação padronizada das percepções e atitudes dos respondentes, permitindo maior precisão na análise comparativa dos dados coletados (Gunther, 2003). Ao final do questionário, colocou-se um espaço aberto para que os respondentes, caso o desejassem, expressassem suas ideias livremente. Esse espaço que não era de preenchimento obrigatório foi utilizado por 56 respondentes. Todo o material foi lido integralmente e organizado. Foi dado ênfase em alguns relatos que aqui serão tratados como estruturas de relevância e citadas ao longo dos resultados e discussão, sendo que estes relatos compõem os dados qualitativos.



O questionário foi aplicado durante os meses de abril e maio de 2025. Antes da aplicação, foi realizada uma explanação objetiva e cuidadosa aos participantes, com o intuito de garantir que estivessem plenamente informados acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa. Em seguida, foi elaborado e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme os princípios éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 466/2012, do Ministério da Saúde (Brasil, 2012). Aos respondentes, foi assegurado o anonimato e a confidencialidade das informações prestadas, de modo a incentivar a participação voluntária e contribuir para a fidedignidade dos dados coletados.

O questionário foi disponibilizado em formato digital, por meio da plataforma Google Forms, e seu envio ocorreu por intermédio de um link encaminhado pelos gestores diretamente aos PSP de Goiás, por meio do aplicativo WhatsApp.

Os dados secundários utilizados nesta pesquisa foram obtidos por meio de solicitação formal via SEI, Processo nº 202500007038291, direcionada aos órgãos responsáveis pela Gestão de Saúde e Proteção dos Servidores da SSP-GO. Foram requeridas as seguintes informações: número de servidores em acompanhamento psicológico; número de atendimentos realizados pela Seção de Psicologia da instituição; número de afastamentos para tratamento de saúde mental; número de registros de tentativas de autoextermínio; e número de registros de mortes por autoextermínio entre os servidores. Todos os dados referem-se a servidores policiais e administrativos, abrangendo o período dos últimos cinco anos. Também foi protocolado o Processo SEI nº 202500007038401, com solicitação equivalente, junto ao Programa Mente Sana, vinculado ao Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás.

Os dados foram compilados no programa Excel e analisados comparativamente, quali e quantitativamente para direcionamento dos objetivos deste trabalho. Foram utilizados gráficos gerados automaticamente pelo programa Google Forms e outros construídos a fim de evidenciar resultados obtidos.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1. O profissional de segurança pública do Estado de Goiás**

Os dados sociodemográficos da amostra pesquisada indicam que 47,1% (n=114) dos participantes são servidores da Polícia Civil, seguido por 21,9% (n=53) de respondentes da Polícia Científica, 12,4% da Polícia Militar, 9,5% da Polícia Penal e 8,3% do Bombeiro Militar. A faixa etária predominante está entre 35 e 39 anos de idade, com a maioria (55%) sendo do



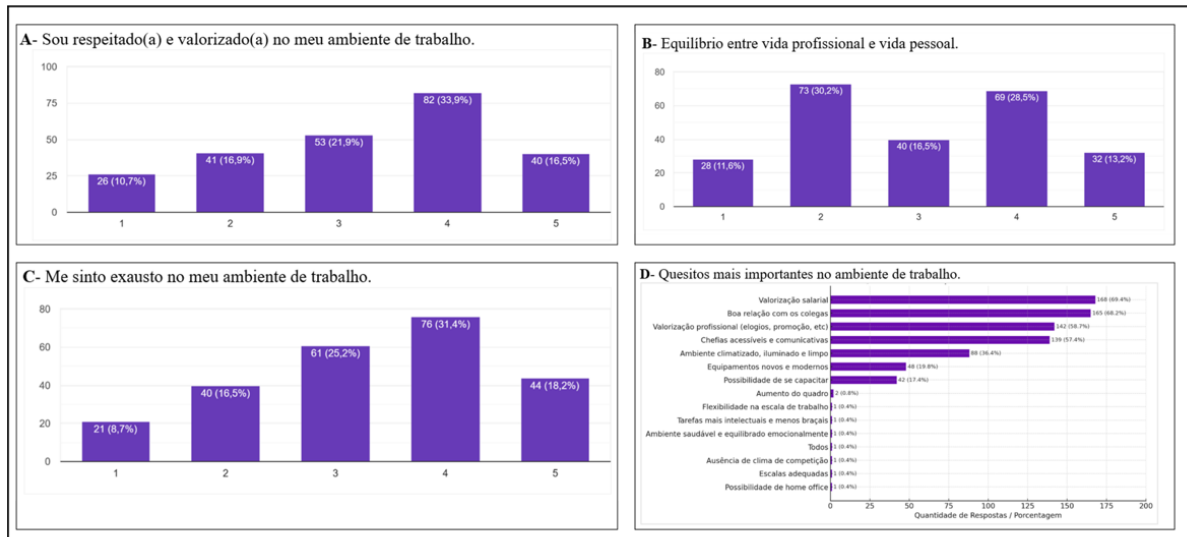
sexo masculino (n=133). Quanto ao tempo de atuação, os maiores índices estão entre 05 a 09 anos (29,3%). Nenhum servidor do PROCON Goiás aderiu ao questionário.

A pesquisa analisou a percepção dos respondentes quanto ao sentimento de respeito e valorização em seu ambiente de trabalho e os resultados mostram que apenas 16,5% concordam plenamente e se sentem valorizados e respeitados. Grande parte (33,9%) concorda parcialmente com a afirmação (Figura 1A). Segundo Chiavenato (2014), a valorização e o respeito são fatores essenciais para a motivação e o engajamento dos colaboradores. Esse resultado indica que, embora a percepção geral seja positiva, a instituição ainda pode fortalecer práticas que promovam maior valorização dos seus profissionais, visto que as pessoas que não sentem nada (neutras) foi significativa (21,9%). Atenção é dada ao relato de um respondente, o que confirma essa percepção:

*... Os chefes da segurança pública acham que são gestores apenas de unidades, não de pessoas, e muitas vezes eles mesmos são a causa do adoecimento, porque não sabem gerir demandas sem sobrecarregar os funcionários ou pensar sobre a qualidade de vida deles.*

Quando foram questionados se existe equilíbrio entre o tempo dedicado à vida profissional e à vida pessoal, os dados revelam que apenas 13,2% afirmam plenamente estar em equilíbrio, sugerindo que poucos servidores desfrutam de um bem-estar ocupacional satisfatório (Figura 1B). A ausência de equilíbrio entre vida profissional e pessoal dos PSP pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da síndrome de burnout, que se caracteriza por exaustão emocional, despersonalização e sentimentos de reduzida realização profissional (Futino e Delduque, 2020; Santos *et al.*, 2021, Corneto-Silva *et al.*, 2025). Em consonância aos resultados, quase a metade dos entrevistados (49,6%) afirmaram se sentirem exaustos no seu ambiente de trabalho (Figura 1C).

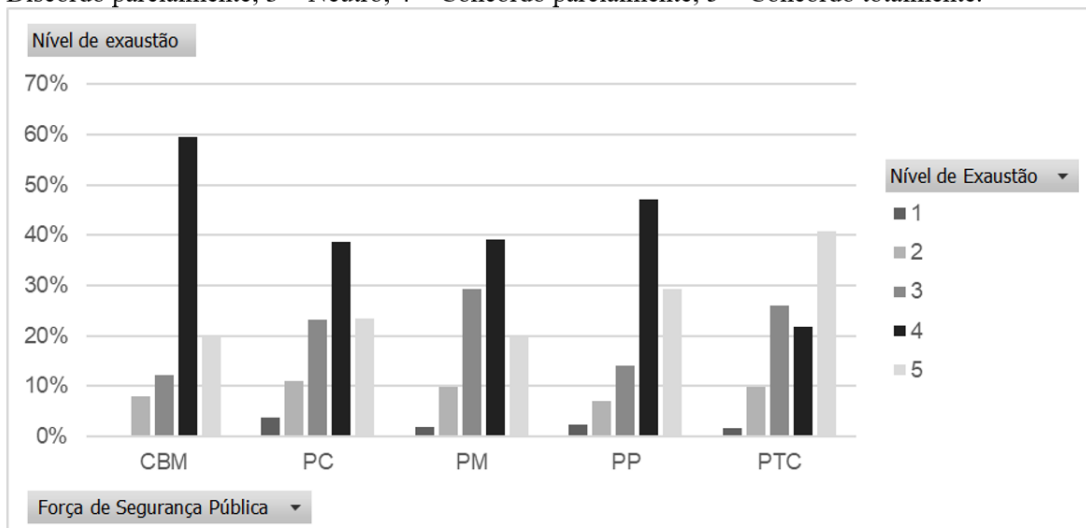
**Figura 1** – Representação gráfica das respostas do questionário aplicado referentes à Seção 1: A influência do ambiente de trabalho na saúde mental dos profissionais de segurança pública, onde 1- discordo totalmente; 2- discordo parcialmente; 3- neutro; 4- concordo parcialmente; 5- concordo totalmente.



Fonte: As autoras (2025).

O Gráfico 1 traz o panorama de como cada Força de Segurança Pública se sente em seu ambiente de trabalho no que diz respeito à exaustão. Observa-se que, no caso do CBMGO a maioria dos respondentes marcou valores intermediários, indicando níveis significativos de cansaço, embora não extremos. Essa percepção de exaustão também é relatada por Benevides-Pereira e Gonçalves (2016), que identificaram alta prevalência da síndrome de burnout entre bombeiros. Segundo as autoras, estratégias de enfrentamento inadequadas e condições laborais desafiadoras contribuem para o esgotamento emocional desses profissionais.

**Gráfico 1-** Nível de exaustão por força de segurança pública, onde 1=Discordo totalmente; 2 = Discordo parcialmente; 3 = Neutro; 4 = Concordo parcialmente; 5 = Concordo totalmente.



Fonte: As autoras (2025).



No contexto do ambiente de trabalho, os dados revelam que os pontos mais valorizados pelos PSP de Goiás são a valorização salarial (69,4%), a boa relação com os colegas (68,2%) e a valorização profissional por meio de elogios e reconhecimento (58,7%). Aspectos físicos como ambiente climatizado e iluminado (36,4%) e equipamentos modernos (19,8%) aparecem em segundo plano (Figura 1D). Os resultados reforçam a importância de fatores relacionais e de reconhecimento no bem-estar ocupacional. De acordo com Ferreira e Mendes (2021), a percepção de valorização e apoio interpessoal está diretamente ligada à redução de sintomas de esgotamento profissional e ao aumento do engajamento no trabalho. Portanto, estratégias de gestão que promovam o reconhecimento e relações saudáveis entre colegas e chefias podem ser eficazes na prevenção da exaustão emocional. Segundo Souza et al. (2020), o estresse ocupacional em PSP está fortemente associado à ausência de reconhecimento e à precarização das relações de trabalho, sendo esses fatores determinantes no desenvolvimento da exaustão emocional e da insatisfação com a carreira, o que corrobora com este estudo.

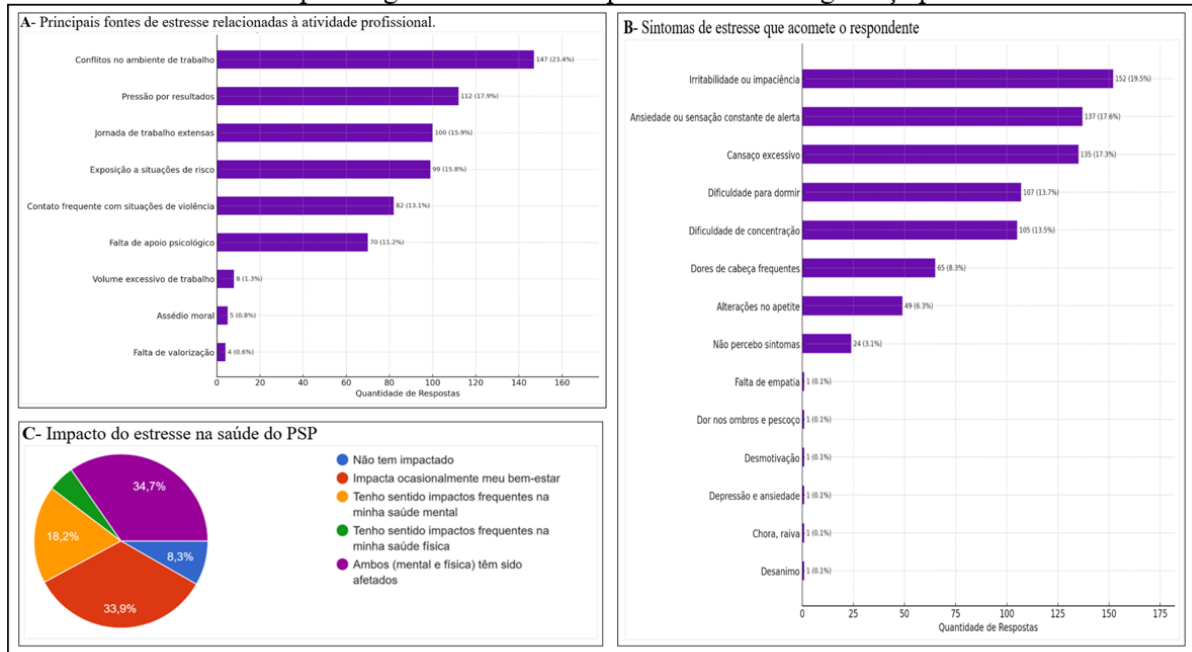
#### **4.2. A saúde mental do profissional de segurança pública da SSPGO**

Os principais fatores de estresse identificados nesta pesquisa (Figura 2A) estão relacionados a conflitos no ambiente de trabalho (60,7%), a exposição a situações de risco (40,9%), jornadas prolongadas (41,3%), pressão por resultados (46,3%) e a falta de apoio psicológico (28,9%). Essas condições apontam para uma sobrecarga emocional, frequentemente agravada pela escassez de suporte institucional adequado. O estresse ocupacional pode se manifestar em diferentes níveis: no individual, com queda de produtividade, exaustão física e emocional, explosões de irritabilidade e agravamento de condições clínicas; no coletivo, surgem conflitos interpessoais, resistência ao trabalho em equipe e retraimento; e no âmbito organizacional, destacam-se prejuízos como absenteísmo, baixa adesão às metas institucionais e aumento da rotatividade de pessoal (Aguiar, 2007; Santos *et al.*, 2021).

Os sintomas mais recorrentes relatados incluem irritabilidade ou impaciência (62,8%), cansaço excessivo (55,8%), ansiedade (56,6%), dificuldades para dormir (44,2%) seguido de dificuldades de concentração (43,4%), indicadores típicos de estresse crônico ocupacional (Figura 2B). Esses efeitos corroboram estudos que associam o ambiente de trabalho nas instituições de SP a altos níveis de esgotamento emocional e adoecimento psicológico,

destacando a necessidade de políticas organizacionais voltadas à promoção da saúde mental e à valorização do trabalho realizado (Santos *et al.*, 2021; Corneto-Silva *et al.*, 2025).

**Figura 2** – Representação gráfica das respostas do questionário aplicado referentes à Seção 2: A influência de transtornos psicológicos na saúde dos profissionais de segurança pública – Estresse.

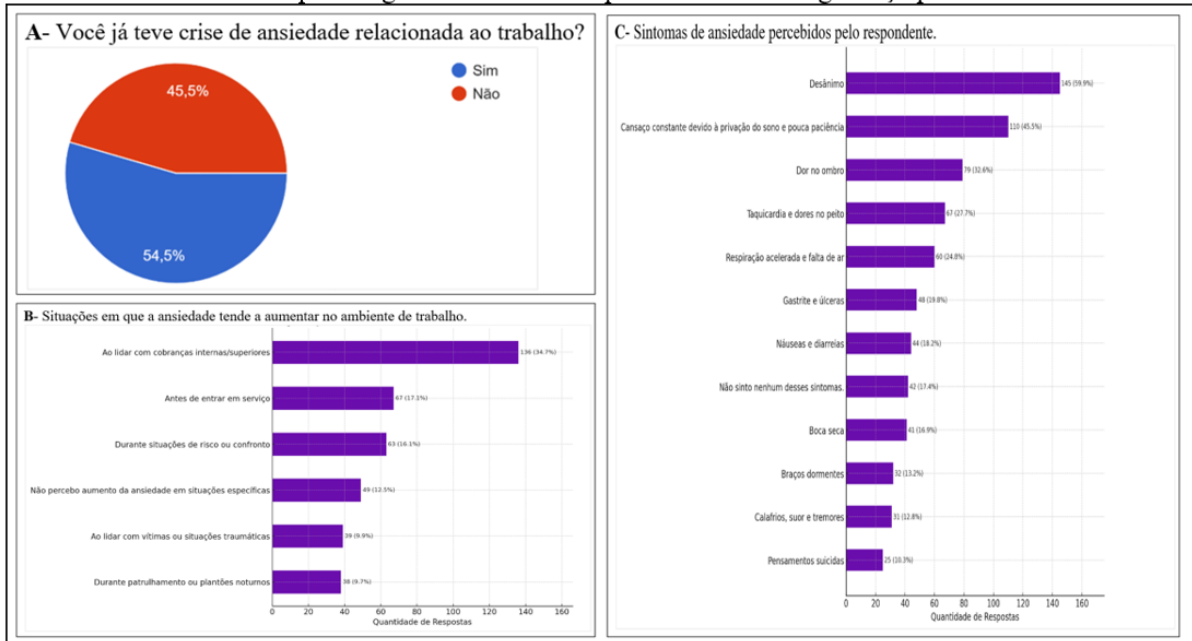


Fonte: As autoras (2025).

Essas tensões repercutem diretamente na saúde do PSP, onde a maioria dos respondentes declarou sofrer impactos frequentes, sendo que 34,7% indicaram comprometimento simultâneo da saúde física e mental, e 33,9% apontaram prejuízos constantes à saúde mental (Figura 2C) o que sugere a ampla disseminação do sofrimento psíquico entre essa categoria. De acordo com Silva (2025), ambientes de trabalho com alta demanda emocional e baixa valorização institucional contribuem diretamente para quadros de esgotamento e adoecimento entre servidores da segurança pública.

Quanto ao fator ansiedade, os resultados mostram uma realidade preocupante no que tange à saúde emocional dos PSP de Goiás. A maioria dos respondentes (54,5%) afirma já ter enfrentado crises de ansiedade relacionadas ao trabalho (Figura 3A), sendo a maior causa de ansiedade situações que tenha que lidar com cobranças internas e/ou de superiores (Figura 3B). Essa realidade confirma com o que é descrito na literatura, de que o ambiente profissional atua como um fator desencadeante de sofrimento psíquico, e o impacto negativo de ambientes de trabalho altamente exigentes, com excesso de demandas e escassez de apoio emocional, exerce forte pressão sobre a saúde psicológica dos profissionais (Silva *et al.*, 2025; Martins *et al.*, 2020).

**Figura 3** – Representação gráfica das respostas do questionário aplicado referentes à Seção 2: A influência de transtornos psicológicos na saúde dos profissionais de segurança pública – Ansiedade.



Fonte: As autoras (2025).

O ambiente de trabalho é um dos principais causadores de estresse crônico, capaz de desencadear distúrbios emocionais e psicossomáticos (Lipp, 2010). Chama bastante atenção um relato de um respondente que retrata essa situação:

*... Não vejo luz no fim do túnel. Atualmente estou em outra lotação, evitando a convivência com determinados nichos de colegas e os traumas permanecem. Uso medicação para controlar os gatilhos de ansiedade e evitar o pânico.*

Esses dados se tornam ainda mais alarmantes quando cruzados com os sintomas de ansiedade mais frequentemente relatados: 59,9% afirmam sentir desânimo, 45,5% apontam cansaço devido à privação de sono e pouca paciência, 32,6% relatam dores no ombro, 27,7% mencionam taquicardia e dores no peito e 24,8% alegam ter respiração acelerada e falta de ar (Figura 3 C). Os dados evidenciam que a ansiedade no trabalho transpõe o campo emocional e repercute diretamente no corpo, configurando um quadro de somatização frequente. O relato de um respondente enaltece essa discussão: *“Já tive sintomas de ansiedade e depressão associados à lotação anterior, que resultaram em aproximadamente 2 anos de licença afastamento por motivo de saúde, internações psiquiátricas e culminaram com tentativas de suicídio.”*



Segundo Seignemartin et al. (2021), a ansiedade ocupacional frequentemente se manifesta por sintomas físicos, os quais muitas vezes não são associados ao sofrimento mental, o que dificulta sua abordagem institucional.

Outro dado de extrema relevância é a ocorrência de pensamentos suicidas em 10,3% dos participantes, o que exige atenção imediata. Conforme apontado por Minayo et al. (2011), trabalhadores submetidos a longas jornadas, metas impossíveis e pouca valorização tendem a desenvolver sentimentos de desvalorização e desesperança — fatores diretamente relacionados ao risco de suicídio.

No que se refere ao consumo de álcool a maioria (65,3%) relatou algum grau de consumo, sendo 36,8% eventual, 19,4% algumas vezes por semana, 7,9% de forma ocasional e 1,2% diariamente. Já em relação ao uso de drogas ilícitas, a ampla maioria (98,3%) declarou não fazer uso.

O consumo de álcool, mesmo que socialmente aceito, e drogas ilícitas tem sido amplamente reconhecido como um mecanismo de enfrentamento (*coping*) disfuncional frente a situações de estresse no ambiente de trabalho, especialmente entre PSP (Marins et al., 2024). Estudos apontam que o consumo abusivo de álcool entre PSP está associado à tentativa de neutralizar os efeitos da sobrecarga emocional, insônia e sintomas de transtornos mentais comuns, como a ansiedade. Esses profissionais, muitas vezes expostos a situações de risco, jornadas e cobranças intensas, podem desenvolver um padrão de uso de substâncias que passa despercebido pela cultura organizacional e pela falta de suporte psicológico institucionalizado (Souza et al., 2013; Garcia, 2024).

Achados da literatura (Souza et al., 2013; Costa et al., 2015) apontam que as substâncias mais comumente usadas por policiais civis e militares são canabinoides e anfetaminas. Vale ressaltar que, embora o índice de uso de substâncias ilícitas encontrado nesta pesquisa seja baixo, o impacto do consumo de drogas e álcool no ambiente organizacional, especialmente em instituições de segurança pública, é profundo e multifacetado, comprometendo não apenas a saúde dos trabalhadores, mas também a eficiência operacional, o clima organizacional e a qualidade dos serviços prestados à população (Sousa et al., 2022).

#### **4.3. Desafios encontrados na busca por apoio psicológico na segurança pública**

*As instituições estão muito preocupadas com os sintomas, quando o servidor já está em fase avançada de estresse ou ansiedade. A prevenção é a melhor solução.*

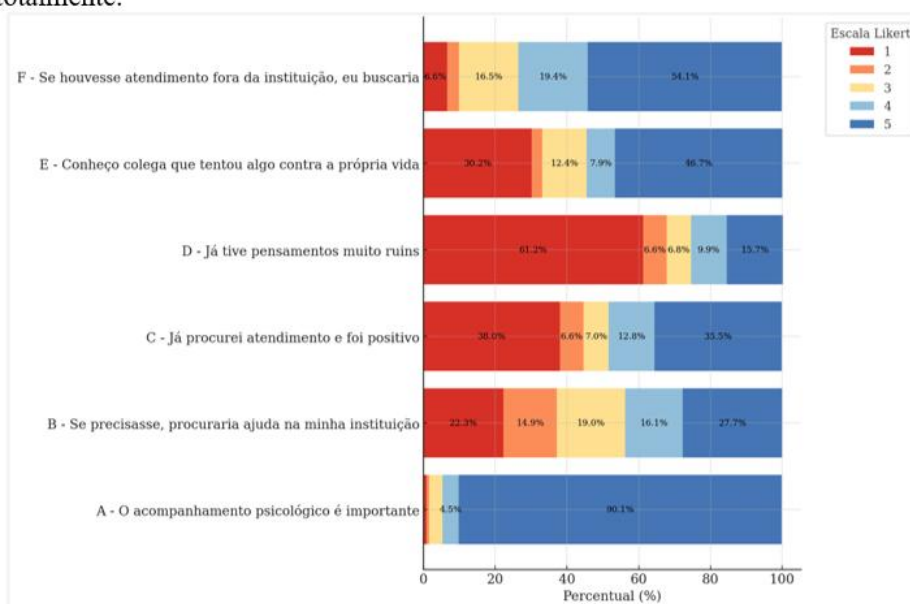


*Acompanhamentos psicológicos rotineiros dos profissionais podem contribuir e muito para a melhoria da saúde mental dos servidores da SSP.*

Ao serem indagados sobre o cuidado com a saúde mental, a maioria (90,1%) considera importante o acompanhamento psicológico (Figura 4A), o que evidencia uma conscientização crescente sobre a relevância do cuidado com a saúde mental pelos PSP da SSPGO. No entanto, essa valorização do suporte emocional contrasta com os dados que indicam limitações institucionais e barreiras subjetivas para a busca de ajuda. Embora 75,6% dos participantes relatem que suas instituições oferecem algum tipo de apoio psicológico, apenas 27,7% afirmam que se sentiriam totalmente à vontade para procurar ajuda dentro do próprio ambiente institucional (Figura 4B). Essa discrepância sugere a existência de estigmas persistentes relacionados à saúde mental dentro das corporações, como medo de julgamento, represálias ou perda de credibilidade profissional — um cenário já identificado em diversos estudos sobre a categoria (Minayo, 2013; Sousa et al., 2022).

Essa percepção é corroborada por uma das respostas coletadas ao perguntar o nome do órgão responsável por atendimento psicológico dentro da sua Força Policial: “...*Mas não são confiáveis, tudo que você fala lá, eles passam para os chefes, tiram até sua arma, até te punem*”, evidenciando o medo de represálias e a desconfiança em relação à confidencialidade dos atendimentos psicológicos dentro da instituição.

**Figura 4** – Percepção sobre saúde mental entre profissionais de segurança pública do Estado de Goiás, onde 1=Discordo totalmente; 2 = Discordo parcialmente; 3 = Neutro; 4 = Concordo parcialmente; 5 = Concordo totalmente.



Fonte: As autoras (2025).



Outro fator preocupante é que 20,2% dos participantes desconhecem que a instituição oferece apoio psicológico e 4,1% afirmam não ter esse tipo de suporte dentro da sua Instituição, o que aponta falhas na comunicação interna e na efetivação de políticas de saúde mental. Esse dado revela não apenas lacunas estruturais, mas também a necessidade de repensar estratégias de acolhimento, escuta ativa e prevenção ao adoecimento psíquico.

Os resultados revelam aspectos críticos sobre o apoio psicológico oferecido ao PSP. Primeiramente, observa-se que 38% dos participantes avaliaram negativamente sua experiência com o atendimento psicológico oferecido pela instituição (Figura 4C), o que pode indicar deficiências estruturais ou a falta de confiança nesse serviço. Esse dado é preocupante quando comparado ao número de profissionais que já tiveram pensamentos suicidas (15,7% concordam plenamente, e 9,9% concordam parcialmente), revelando uma demanda urgente por apoio qualificado (Figura 4D). Além disso, 46,7% relataram conhecer colegas que tentaram cometer suicídio, evidenciando que o sofrimento psíquico não é isolado, mas uma realidade disseminada no ambiente institucional (Figura 4E).

Outro dado significativo é que 54,1% dos respondentes afirmaram que procurariam atendimento psicológico caso este estivesse disponível fora do ambiente da corporação (Figura 4F), o que reforça a tese de que o estigma e a desconfiança institucional afetam diretamente a busca por ajuda (Sousa et al., 2022). Inúmeros foram os relatos nesse sentido:

*Os corporativos na instituição da psicologia ... não deixa o servidor se tratar de  
forma correta;  
O atendimento da saúde mental parece não ser sigiloso... se torna público em todos  
os níveis... Licença médica solicitada via SEI...;  
As pessoas que fazem o atendimento psicológico são colegas. Não acho isso ético e  
confortável.*

Segundo Minayo et al. (2011), o silêncio institucionalizado sobre o sofrimento psíquico dos PSP contribui para o agravamento dos quadros mentais, muitas vezes mascarados por discursos de força e resistência. Portanto, é imperativo que os órgãos de apoio psicológicos da SSPGO invistam não apenas em serviços psicológicos, mas também em estratégias de sensibilização e proteção da confidencialidade, a fim de criar um ambiente mais acolhedor e menos punitivo à vulnerabilidade emocional.

#### **4.4. Levantamento de apoio psicológico realizado na SSPGO**



Os dados sobre atendimento psicológico e ocorrências de suicídio envolvendo os PSP da SSPGO nos últimos 05 anos estão apresentados na Tabela 1. As colunas em branco devem-se à ausência de respostas por parte de algumas forças policiais até o momento da redação deste artigo. Já os campos assinalados como "NP" (Não possui esse dado) correspondem às respostas das instituições indicando não possuir controle de afastamentos relacionados à saúde mental.

**Tabela 1** –Indicadores de saúde mental nas instituições de segurança pública do Estado de Goiás e no SINPOL/GO, nos últimos 5 anos.

Instituição	Total de servidores em acompanhamento	Total de atendimentos psicológicos	Afastamentos para tratamento em saúde mental	Tentativas de suicídio	Total de Suicídios
CBMGO	540	630	1102	2	1
PMGO	-	3429	NP*	-	12
PCGO	-	-	NP*	-	-
PPGO	-	-	-	-	-
PCIGO	-	-	NP*	NP*	-
Programa Mente Sana (SINPOL/GO)	43	2.973	NA**	183	-

Fontes: Dados extraídos das corporações e do Programa Mente Sana (Plataforma QAP, 2025).

\*NP – Não possui esse dado; \*\*NA – Não se aplica.

Observa-se que em apenas três anos de atuação, o Programa Mente Sana registrou 2.973 atendimentos psicológicos, número que se aproxima dos 3.429 atendimentos realizados pela PMGO ao longo de cinco anos — evidenciando que, em menos tempo, o programa quase igualou o quantitativo alcançado pela corporação militar.

O Programa Mente Sana, desenvolvido pelo Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás (SINPOL-GO), representa uma iniciativa pioneira e essencial voltada à promoção da saúde mental dos servidores da Polícia Civil. Criado com o objetivo de oferecer suporte psicológico acessível e confidencial aos seus filiados e familiares, o programa disponibiliza atendimentos com profissionais especializados, incluindo psicólogos e terapeutas, em um ambiente livre das hierarquias institucionais que muitas vezes dificultam o acolhimento dentro das corporações (Rick e Campos, 2024). Ao priorizar o bem-estar emocional dos policiais civis, o Mente Sana contribui não apenas para a prevenção do adoecimento psíquico e do suicídio, mas também para a valorização do servidor como sujeito integral.

A existência desse programa do SINPOL-GO evidencia a importância de alternativas institucionais que rompam com o estigma da busca por ajuda e ofereçam um cuidado humanizado e contínuo para todos, promovendo saúde e dignidade no exercício da função policial. Um relato de um respondente corrobora com essa relevância:



*Gostaria apenas de mencionar que o projeto do Sinpol de atendimento com psicólogos salvou minha vida e hoje continuo firme trabalhando. É importante demais o apoio psicológico.*

Outro dado preocupante diz respeito aos casos de autoextermínio: a PMGO registrou 11 tentativas e 3 mortes por suicídio no período analisado, enquanto o Programa Mente Sana atuou preventivamente em 183 situações, evitando a concretização dos atos. Além disso, durante o tempo de análise de dados deste trabalho, foi noticiado um suicídio de um Policial Penal no Estado de Goiás. Tais números reiteram a urgência de políticas institucionais mais eficazes para prevenção ao suicídio e promoção da saúde mental. Conforme aponta a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021), o suicídio é frequentemente precedido por sinais de sofrimento emocional que, se identificados precocemente, podem ser tratados e prevenidos.

Esses dados devem ser interpretados à luz de uma crítica estrutural: mesmo que a maioria das instituições ofereça algum tipo de suporte psicológico, como apontado na pesquisa primária, muitos servidores não se sentem à vontade para procurar esse tipo de ajuda dentro da corporação. Um dos fatores pode ser a hierarquização institucional, na qual os profissionais de saúde mental (psicólogos e médicos) muitas vezes possuem patentes mais elevadas, dificultando uma relação terapêutica horizontal e de confiança. Essa situação contribui para a manutenção do estigma associado à busca por cuidado psicológico nas forças de segurança (Andreucci, 2022).

Discrição e respeito à intimidade nos atendimentos é uma das diretrizes das políticas e ações de prevenção da violência autoprovocada e do comportamento suicida dos PSP e defesa social, instituída pela Lei nº 14.531/23 (Brasil, 2023). Nesse contexto, o Ministério da Justiça implantou em parceria com universidades federais o projeto ESCUTA SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), voltado diretamente aos PSP, com o atendimento psicológico online gratuito e totalmente desvinculado à Instituição Policial e para todos, sem necessidade de filiação, ou passar por centros de triagem. Entretanto, para agendar a consulta é necessário que o Estado tenha aderido ao projeto, e até o presente momento de redação desse artigo, somente 13 Estados e o Distrito Federal haviam aderido, ressaltando a ausência de Goiás nessa adesão.

Outro ponto de destaque se dá ao fato de que durante a análise das informações fornecidas pelos órgãos de gestão de pessoas das instituições da SSPGO, identificou-se uma importante limitação: os dados sobre afastamentos por motivos de saúde não permitem distinguir os casos relacionados a tratamento da saúde mental (Tabela 1 – NP). Isso ocorre porque as licenças médicas são registradas de forma genérica, sendo classificadas apenas como



“Licença para Tratamento de Saúde”, quando se referem ao próprio servidor, ou “Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família”, sem especificar a causa do afastamento por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID). Essa lacuna impede a identificação precisa do impacto dos agravos mentais na força de trabalho e fragiliza o planejamento de políticas públicas direcionadas à prevenção e ao cuidado em saúde mental dos PSP, evidenciando a necessidade urgente de revisão nos protocolos de registro e monitoramento das licenças no âmbito da SSPGO.

Portanto, os dados evidenciam não apenas a existência de sofrimento psíquico entre os servidores da segurança pública, mas também a necessidade de repensar as estruturas institucionais e as práticas de cuidado. Investimentos em programas externos de apoio, capacitação dos gestores para o acolhimento psicológico e campanhas permanentes de combate ao estigma são caminhos urgentes e necessários.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo evidencia um panorama preocupante em relação à saúde mental dos PSP de Goiás. A prevalência de fatores estressores como conflitos no ambiente de trabalho, exposição a situações de risco e pressão por resultados revela um cotidiano laboral desgastante, que impacta diretamente a qualidade de vida dos servidores. O comprometimento simultâneo da saúde física e mental, relatado por grande parte dos participantes, associado à alta incidência de sintomas como ansiedade, irritabilidade e cansaço excessivo, reforça a urgência de medidas institucionais voltadas à prevenção e ao cuidado com o adoecimento psíquico desses profissionais.

Outro ponto crítico diz respeito ao apoio psicológico institucional: ainda que a maioria reconheça a existência de serviços internos e a importância do acompanhamento psicológico, apenas uma minoria se sente plenamente confortável para buscá-los. Esse dado evidencia a persistência de estigmas e a fragilidade da confiança nas estruturas de acolhimento das corporações, o que compromete a efetividade das ações voltadas à saúde mental. Assim, é indispensável que as instituições avancem na criação de espaços seguros e livres de julgamento para o cuidado psicológico, rompendo com a cultura de silenciamento e promovendo uma verdadeira valorização do profissional da segurança pública.

Como recomendação, é essencial que as instituições ampliem os canais de escuta e garantam sigilo, acessibilidade e continuidade no atendimento psicológico. A construção de um ambiente organizacional mais seguro e empático, onde os profissionais se sintam confortáveis



para expressar fragilidades sem sofrer sanções ou preconceitos, é fundamental para promover o bem-estar e a eficácia coletiva. Sugere-se em caráter urgente à SSPGO a adesão ao Programa Escuta SUSP. O programa do Governo Federal proporciona atendimento totalmente isento a todos os profissionais de segurança pública, de todas as forças e atua como uma importante estratégia de enfrentamento ao estigma relacionado à saúde mental nas corporações, contribuindo para o fortalecimento das redes de apoio. Ou, ainda, a implementação imediata de um Programa similar ao Mente Sana (SINPOL/GO), onde o atendimento psicológico dos PSP independe totalmente do ambiente laboral, visando tranquilidade e maior adesão dos servidores no tratamento da saúde mental.

Diante da ausência de registros específicos que permitam identificar os afastamentos por transtornos mentais entre os servidores da segurança pública, torna-se também necessária a implementação de um sistema de codificação mais preciso nas licenças médicas. Recomenda-se que os órgãos de gestão de pessoas, em articulação com as diretorias de saúde, passem a incluir de forma sigilosa e segura a CID nos registros administrativos internos. Essa medida, desde que respeitados os princípios da confidencialidade e da proteção de dados sensíveis, possibilitaria o mapeamento epidemiológico das causas de adoecimento mental entre os profissionais, subsidiando a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Além disso, a padronização desses registros facilitaria o monitoramento da eficácia das ações preventivas e a alocação de recursos para o fortalecimento das estratégias de saúde mental no serviço público.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, R. A. A saúde mental dos profissionais da segurança pública no Brasil: desafios e soluções. Empório do Direito, 2022. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/a-saude-mental-dos-profissionais-da-seguranca-publica-no-brasil-desafios-e-solucoes>. Acesso em: 21 maio 2025.

AGUIAR, F. L. S. Estresse ocupacional: contribuições das pirâmides coloridas de Pfister no contexto policial military. Dissertação - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1890>. Acesso em: 19 maio 2025.

BAZON, M. R. Suicídio é a maior causa de morte entre policiais no Brasil. Jornal da USP, 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/suicidio-e-a-maior-caoa-de-morte-entre-policiais-no-brasil/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T.; GONÇALVES, M. B. Burnout: um estudo entre bombeiros. Psicologia em Estudo, v. 21, n. 2, p. 265–274, 2016.



BOHLANDER, G. W.; SNELL, S. A. Administração de recursos humanos: tradução da 16ª edição norte-americana. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. p. 4-30; p. 584-587.

BOSQUETTI, M. A. Gestão de pessoas, estratégia e performance organizacional: um estudo internacional de casos múltiplos. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRAGA, B. L.; FARIAS, K. M. Suicídio de policiais civis e militares no Brasil: uma análise comparativa entre 2020 e 2024 segundo os 16º, 17º e 18º Anuários Brasileiros de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/suicidio-de-policiais-civis-e-militares-no-brasil-uma-analise-comparativa-entre-2020-e-2024-segundo-os-16o-17o-e-18o-anuarios-brasileiros-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 59, 13 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 14.531, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 jan. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14531.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14531.htm). Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Fórum brasileiro de segurança pública. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CAVAGNOLLI, R. A saúde mental dos profissionais da segurança pública. Caderno Acadêmico Unina de Tecnologia, Sociedade e Negócios, v. 1, n. 3, 2024. Disponível em: <https://revista.unina.edu.br/index.php/cau-tsn/article/view/195>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CORNETO-SILVA, E. et al. Práticas da gestão de pessoas na segurança pública e seus reflexos na saúde mental dos servidores dos municípios de Aquidauana e Anastácio-MS. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 3, p. 7686, 2025.

COSTA, S. H. N. et al... Prevalência do uso de drogas psicotrópicas em unidades da polícia militar. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n. 6, p. 1843–1849, 2015.

FERREIRA, A. L.; MENDES, A. M. Fatores psicossociais e saúde mental no trabalho: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 46, e24, 2021.

FREITAS, H, et al.... O Método de Pesquisa Survey. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 35, n. 3, 2000.

FUTINO, R. S.; DELDUQUE, M. C. Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema. Cadernos Ibero-americanos de Direito Sanitário, v. 9, n. 2, p. 116-134, 2020.



GARCIA, J. M. Projeto de apoio para a promoção de saúde mental entre Policiais civis do Estado de Goiás: uma análise das condições de trabalho e a incidência de transtornos mentais. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos em Segurança Pública) – Universidade Estadual de Goiás; Secretaria de Estado de Segurança Pública de Goiás, Goiânia, 2024.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOIÁS. Polícia Penal de Goiás inaugura Núcleo de Atenção ao Servidor. Governo do Estado de Goiás, 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/seguranca/ppgo-inaugura-nucleo-de-atencao-ao-servidor-da-policia-penal>. Acesso em: 23 maio 2025.

GOIÁS, Hospital do Policial Militar de Goiás - HPM. Centro de Saúde Integral do Policial Militar (CSIPM). Disponível em: <https://hpm.org.br/csipm>. Acesso em: 21 maio 2025.

GOIÁS. Polícia Científica de Goiás. [Reels CUIDANDO DE QUEM CUIDA: atendimento psicológico para servidores e familiares]. Instagram: @policiacientificadegoias, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DJXzpqRNDBR/?igsh=MXZiMmJpYj15aXow>. Acesso em: 22 maio 2025.

GOIÁS. Portal da Transparência: Folha de Pagamento. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, [s.d.]. Disponível em: <https://transparencia.go.gov.br/folha-de-pagamento/>. Acesso em: 19 maio 2025.

GUNTHER, H. Como elaborar um questionário. Série: Planejamento de Pesquisas nas Ciências Sociais, v. 1, p. 1-15, 2003. Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Metodo%20de%20pesquisa/Metodos%20de%20pesquisa%202013/Texto\\_11-\\_Como\\_elaborar\\_um\\_quesitonario.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Metodo%20de%20pesquisa/Metodos%20de%20pesquisa%202013/Texto_11-_Como_elaborar_um_quesitonario.pdf). Acesso em: 30 mar. 2025.

LACAZ, F. A. C. O campo da saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações de trabalho e saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 4, p. 757-766, 2007.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. p. 49, 186.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIPP, M. E. N. Estresse emocional: a abordagem centrada na pessoa. São Paulo: Papyrus, 2010.

MARINS, I. S. B. et al... A relação entre álcool, tabaco e transtornos mentais em agentes de segurança pública: uma revisão de literatura. In: 28º ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2024, São José dos Campos. Anais eletrônicos... São José dos Campos: Univap, 2024.



- MARTINS, L. B.; OLIVEIRA, A. C.; FARIAS, R. T. Estresse ocupacional e saúde mental em profissionais da segurança pública. *Revista Brasileira de Psicologia do Trabalho*, v. 20, n. 2, p. 77–86, 2020.
- MINAYO, M. C. DE S.. Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 3, p. 611–620, mar. 2013.
- MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; CARVALHAES DE OLIVEIRA, R. V. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 4, p. 2199–2209, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000400019>.
- MIRANDA, D. et al... Cartilha de prevenção do suicídio na segurança pública. Brasília: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF), 2020.
- NASCIMENTO, G. L. Prevenção ao suicídio: a importância da divisão de proteção à saúde do servidor da Polícia Civil do Estado de Goiás. *Qualia: a ciência em movimento*, v. 5, n. 1, p. 14-31, jan./jun. 2019.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Preventing suicide: a global imperative. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564779>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Dia Mundial de Prevenção do Suicídio: OPAS destaca importância de mudar a narrativa estigmatizante e fomentar uma cultura de apoio. Washington, D.C., 9 set. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-9-2024-dia-mundial-prevencao-do-suicidio-opas-destaca-importancia-mudar-narrativa>. Acesso em: 14 maio 2025.
- PEIRCE, C. S. O raciocínio abduutivo e a lógica da descoberta científica. In: ECO, U. (Org.). *Os limites da interpretação*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- PEREIRA, P. O. B. et al. Suicídio em profissionais de segurança pública. *Revista de Epidemiologia e Saúde Pública - RESP*, v. 1, n. 3, 2023.
- RICK, R.; CAMPOS, E.O. A saúde mental da Polícia. Goiânia: Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás, 2024. Disponível em: <https://www.sinpolgo.org.br/artigos/2024/08/artigo-a-saude-mental-da-policia.html>. Acesso em: 24 maio 2025.
- SANTOS, F. B. DOS .et al.. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 12, p. 5987–5996, dez. 2021.
- SEIGNEMARTIN, F. R. et al. Ansiedade no ambiente de trabalho: percepção e enfrentamento por profissionais da saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 55, e03768, 2021.
- SILVA, C.A.B. Mapeamento e análise da depressão, ansiedade e síndrome de burnout em agentes da segurança pública, considerando o tempo de serviço. *Revista FT*, v.29, ed.144, 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/mapeamento-e-analise-da-depressao-ansiedade->



e-sindrome-de-burnout-em-agentes-da-seguranca-publica-considerando-o-tempo-de-servico/ . Acesso em 18/05/2025.

SILVA, E. M. et al. Mapeamento e análise da depressão, ansiedade e síndrome de burnout em agentes da segurança pública considerando o tempo de serviço. *Revista Foco Técnico*, [S. l.], v. 2, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistaft.com.br/mapeamento-e-analise-da-depressao-ansiedade-e-sindrome-de-burnout-em-agentes-da-seguranca-publica-considerando-o-tempo-de-servico/>. Acesso em: 19 maio 2025.

SOUZA, E. R. et al.... Estresse ocupacional em policiais militares: estudo qualitativo em uma capital brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 1011-1020, 2020.

SOUZA, E. R. et al.... Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 3, p. 667–676, mar. 2013.

SOUSA, R. C. et al.... Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 31, n. 2, 2022.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.